

O funcionário público e o esforço de guerra

BENEDITO SILVA

(Conferência pronunciada no dia 21 de abril, em sessão comemorativa do martírio de Tiradentes, promovida pela Liga de Defesa Nacional e presidida pelo general Manoel Rabelo)

É VÊSO antigo da humanidade comparar o nosso mundo a um palco, em que cada um representa o seu papel, bem ou mal, ora sob aplausos, ora sob apupos, — às mais das vezes, porém, anônimamente.

Invoco esta comparação metafórica, para acrescentar que, se o mundo fôsse de fato um palco, o seu pano de fundo seria invariavelmente o sofrimento humano.

Com efeito, êste mundo feroz em que vivemos, se realisticamente observado, nada mais é do que uma vaga imensa e fervilhante de misérias e angústias. Em todas as idades, em todas as civilizações, do passado e do presente, em todos os séculos, antes e depois de Cristo, dos dias recuados das cavernas aos dias aerodinâmicos dos arranha-céus, sempre houve estômagos vazios, bocas famintas, pés descalços, corpos expostos e tiritantes, doentes sem tratamento, crianças sub-nutridas, inteligências incultivadas por falta de escolas ou de recursos, em suma, necessidades humanas insatisfeitas. Inclusive no luminoso século de Péricles, em que a inteligência ascendeu a culminâncias artísticas e metafísicas até hoje ainda não ultrapassadas, o mundo era manifestamente hostil às massas anônimas e sofredoras. Havia escravidão e havia privilégios intoleráveis.

Não resta dúvida de que o mundo sempre foi inhóspito para a grande maioria dos seres humanos. Jamais, porém, atingiu êle, no passado, os paroxismos de crueldade, a que assistimos contemporaneamente.

E' certo que hoje o problema da distribuição figura, em grau maior ou menor, nas agendas de todos os governos, em todos os regimes políticos. A necessidade de humanizar a distribuição é hoje sentida e proclamada pelos partidários de todas as filosofias sociais, inclusive pelos grupos chamados reacionários. O sociólogo brasileiro ALCEU DE

AMOROSO LIMA, por exemplo, em livro que acaba de publicar, afirma que "hoje todos os regimes políticos reconhecem a necessidade de uma melhor distribuição da riqueza. Tanto o neo-liberalismo, como o cristianismo social ou as diferentes formas de socialismo, reconhecem a falência de uma distribuição puramente espontânea dos bens materiais e reconhecem a necessidade de uma racionalização econômica, com maior ou menor intervenção do Estado, maior ou menor liberdade de ação individual (1).

Os esquemas desenvolvidos para ativar e efetivar a distribuição das riquezas, assumem diferentes formas, umas tímidas, outras mais ousadas. Seja como for, o certo é que o seguro social, por exemplo, tende a beneficiar todas as classes desprotegidas. As atividades de assistência, similarmemente, ocupam cada vez mais a atenção dos líderes políticos, dos legisladores e dos administradores. Em todos os níveis de governo atualmente são pelo menos estudados os problemas de assistência à velhice desamparada, à infância abandonada, aos sem trabalho, aos enfermos miseráveis, à maternidade, aos necessitados de toda espécie.

Apesar do grande progresso social conquistado nestes últimos trinta anos, apesar de que hoje cada um se sintia mais tranqüilo em relação à velhice, apesar de todas as etapas transpostas no setor da distribuição, o mundo contemporâneo é sem dúvida muito mais cruel do que o mundo de Napoleão, ou da Renascença, ou da Idade Média, ou de Nero, ou dos Faraós.

Aquí se impõe o onus de explicar o aparente paradoxo desta afirmativa. Efetivamente, ao referir-me, de um lado, às conquistas sociais dos tempos presentes e, de outro, à crueldade do mundo contemporâneo, parece que incorro numa flagrante

(1) *Mitos de nosso tempo* — Rio, 1943, pág. 148.

te contradição. Daí a necessidade de intercalar um esclarecimento.

Afirmo que o mundo atual se caracteriza pela crueldade, porque hoje os homens *podem* erradicar a miséria. Afirmo que o mundo atual causa espanto e horror a todo homem de pensamento, porque hoje nada há que justifique a sobrevivência do pauperismo, tais e tantos são os recursos tecnológicos de que a humanidade dispõe.

O clamor obscuro das multidões de miseráveis e desgraçados, que povoam os desvãos da história da humanidade, clamor que a pompa dos reis, os feitos dos generais e as manifestações de gênio e de talento dos eleitos impedem de chegar plenamente aos nossos ouvidos, tem a sua explicação na economia de escassez, que acompanhou a evolução do homem até muito recentemente. A maioria passava fome, porque não havia alimento bastante senão para a minoria. A carência era inevitável, de tal modo parecia fatal, que seus aspectos apavorantes chegaram a inspirar o trágico postulado maltusiano.

Segundo foi demonstrado recentemente, em trabalho oficial do Governo Americano, por um grupo de economistas e sociólogos, no ano em que se elaborou a Constituição dos Estados Unidos, o excedente da produção de 19 agricultores bastava apenas para alimentar uma pessoa na cidade (2).

Compreende-se, pois, que, em 1787, quando luziu na história do progresso humano o advento daquela Constituição, talvez o mais notável documento político da Idade Moderna, houvesse famintos, milhões de indivíduos sobressaltados pelas necessidades primárias da própria conservação: a escassez era a regra.

Nos dias atuais, porém, o rendimento do trabalho humano, centuplicado pela força mecânica e pela organização científica, torna possível uma existência decente para todos.

Segundo os mesmos cientistas sociais americanos, há cinco anos passados, ou seja em 1937, 19 agricultores já produziam bastante para alimentar, além deles próprios, 56 pessoas na cidade e mais 10 no estrangeiro (3).

E' sem dúvida estranho que o imperioso problema do pão ainda não esteja resolvido para todos,

porque a escassez não somente deixou de ser fatal, como até, pelo contrário, hoje é a própria abundância que, em certos casos, tende a tornar-se inevitável.

Até há alguns decênios atrás, havia miséria e pauperismo, porque as riquezas produzidas — fôsem artigos de alimentação ou de abrigo — mal chegavam para as necessidades das minorias privilegiadas. O quociente *per capita* de alimentos, vestuários e outras comodidades indispensáveis era necessariamente escasso ou quase nulo, por uma simples questão de aritmética: o divisor excedia de muito o dividendo.

Hoje, não se pode justificar a miséria e o pauperismo pela escassez dos bens de consumo, porque as riquezas produzidas, ou que a técnica moderna é capaz de produzir, bastariam para satisfazer fartamente as necessidades de quantos habitam a face da terra. Já não é necessário aquinhoar mal alguns, afim de dar o bastante a outros. Todos podem ser suficientemente contemplados, porque a capacidade de produção é exatamente o oposto do que era antes da tecnologia moderna. O quociente *per capita* de alimentos, vestuários e outras comodidades indispensáveis, ou apenas destinadas a tornar a vida mais agradável, hoje *pode* ser abundante, ou pelo menos *deve* ser suficiente, precisamente porque há muito mais o que dividir.

O mundo antigo, em que o conforto e o bem-estar de um senhor dependia não só das privações mas até do esfalfamento de muitos escravos, era assim mais um mundo melancólico e desgraçado do que propriamente um mundo cruel.

Já o mundo contemporâneo, em que é possível o bem-estar geral, em que é possível abundância para todos, êste sim, é um mundo estúpida e tragicamente cruel, porque não tem sabido aproveitar os recursos disponíveis para livrar os homens da penúria, da fome, do frio e da brutalidade espiritual.

Eis, em quadro sinótico, as razões por que cumpre reconhecer que o mundo do século XX, notadamente o dos nossos dias, suplanta em crueldade todas as épocas pregressas, inclusive as eras de Gengis Kan, de Tamerlão, de Ivan, o Terrível.

Nada mais fácil do que documentar, com alguns fatos impressionantes, a afirmativa de que o trabalho humano, potencializado pela energia mecânica e pela organização científica, é hoje suscetível de render o bastante para relaxar os grilhões

(2) "National Resources Committee" — *Technological Trends and National Policy* — Publicação do Governo Americano — Washington, D.C., 1937, pág. 99.

(3) *Ibid.*

da miséria, a que a maioria dos homens ainda está presa.

Durante alguns milênios, o homem foi praticamente o único agente de produção — a única máquina existente. Os alimentos, vestuários e abrigos (habitações) eram produzidos por essa máquina, mediante os mais lentos métodos de trabalho manual. Nenhum povo conseguia crescer numericamente além de certo limite. Realizava-se, em toda a parte habitada do planeta, o postulado de Malthus — os meios de subsistência, nomeadamente os alimentos e os vestuários, cresciam segundo uma razão aritmética, paralela ao número de trabalhadores, ao passo que a população tendia a aumentar segundo uma razão geométrica. Como, porém, a sobrevivência dependia dos meios materiais, a fome, o pauperismo, a sub-nutrição e todos os males inerentes a uma economia de escassez se incumbiam de manter as populações dentro de certos limites de expansão. Isso explica, por exemplo, que até os começos do século XIX, durante 1.200 anos, a população européia nunca haja ultrapassado a casa dos 180 milhões, ao passo que, de 1800 a 1935, ou seja em pouco mais de um século, saltou de 180 para cerca de 500 milhões (4).

Porque o homem era, praticamente, a única máquina de produção existente, o volume de trabalho que se podia levar a efeito em qualquer das sociedades antigas, ou antes do alvorecer da Nova Era Industrial, não podia passar de determinado limite. Tudo quanto então se produzia, era produzido pelo homem, auxiliado em algumas tarefas pelos animais domesticados. O rendimento do trabalho esbarrava com muralhas intransponíveis — as limitações inexoráveis da natureza humana. Não havia maneira de aumentar a liberação de energia por homem empregado no trabalho. Súbito, porém, a humanidade entrou na Idade da Energia, cujos característicos não me cabe descrever aqui. E a Idade da Energia fez que o homem perdesse a importância como unidade de potência e revolucionou de *fond en comble* a técnica da produção.

O agricultor retrógrado, ou pouco instruído, que ainda usa a técnica antiga, necessita de oito horas de trabalho para lavrar cinco ares de terra. Um trator moderno amplia de tal maneira a sua capa-

cidade, que em nove horas o mesmo homem lava quatro hectares, ou sejam 80 vezes mais (5).

Somente no período compreendido entre 1910 e 1930, a produção *per capita* entre os agricultores americanos aumentou de 41 % (6). Ao passo que, em 1882, cada acre cultivado de trigo demandava, anualmente, 17 homens-hora de trabalho, em 1932, ou sejam 50 anos mais tarde, sete homens-hora produziam o mesmo efeito (7).

Durante cinco mil anos, um homem era capaz de produzir, em média, 450 tijolos por jornada de dez horas. 20 operários numa fábrica moderna produzem 300 mil tijolos por dia (8).

Há cem anos passados, um homem robusto produzia, por ano, 25 toneladas de ferro, ou extraía 800 toneladas de minério. No ano de 1929, cada operário das usinas Mesabi Range extraiu 20 mil toneladas de ferro; um alto forno moderno, em funcionamento contínuo, produz 300 mil toneladas anuais de ferro bruto, com apenas 30 operários, o que eleva a 10 mil toneladas a produção de cada operário (9).

Em certos municípios do Estado de Goiaz até hoje sobrevive a indústria doméstica de cigarros de palha. Praticam-na, em regra, pequenas donas de casa que precisam de contribuir para o orçamento da família. Para *grozar*, alisar, aparar as palhas, cortar o fumo e enrolar manualmente mil cigarros, é-lhes necessário um esforço correspondente a 50 horas de trabalho. Mas as máquinas modernas, empregadas pelas grandes companhias de cigarros americanas, fabricam e empacotam cigarros de papel à razão de 2.500 por minuto, ou sejam 150.000 por hora e por operário! (10).

Para produzir um automóvel, em 1904, eram necessários 1.291 homens-hora; em 1919, 313 homens-hora; e em 1929, apenas 92 homens-hora (11).

A famosa máquina elétrica *Marion* transborda 27.400 metros cúbicos de terra em 24 horas, tra-

(5) EDUARDO L. LLORENS — *Qué es la Tecnocracia* — Madrid, 1933, pág. 27.

(6) "National Resources Committee" — *Op. cit.* — Pág. 99.

(7) *Idem* — Pág. 101.

(8) EDUARDO L. LLORENS — *Op. cit.*, *loc. cit.*

(9) *Ibid.*

(10) FRANK ARKRIGHT — *The ABC of Technocracy* — New York, 1932.

(11) EDUARDO L. LLORENS — *Op. cit.* — Pág. 30.

(4) JOSÉ ORTEGA Y GASSET — *Lá Rebelión de las Masas* — Buenos Aires, 1941, pág. 69.

balho que, anteriormente, exigiria nada menos de 15.000 operários durante 10 horas a fio (12).

Citarei ainda, para finalizar, o caso da *Buick Motor Cars Company*, em cuja produção, de 1912 a 1927, se verificou um aumento de 1.400 %, e cujos operários, no mesmo período, aumentaram apenas de 10 % (13).

Os exemplos, cada qual mais espetacular, poderiam ser multiplicados *ad infinitum*.

Esse aumento fabuloso de produtividade econômica havia de repercutir, fatalmente, nas filosofias sociais existentes. E' por isso que, à medida que a maré montante do progresso tecnológico se tem avolumado, o clima social do mundo se vai tornando mais hostil ao ideal individualista e burguês de apropriação ilimitada de riquezas.

A própria abundância real ou potencial de bens materiais os torna gradativamente menos cubiçáveis por parte dos homens, que já não precisam temer os anos de vacas magras. Daí, talvez, a facilidade de enriquecer, que hoje se tem nos países neo-capitalistas como o Brasil.

O citado sociólogo brasileiro, ALCEU DE AMOROSO LIMA, reconhece e predica que "o mito do enriquecimento, como ideal de vida, já pertence de certo modo ao passado ou aos meios atrasados e condenados a desaparecer" (14).

O efeito mais promissor do progresso tecnológico no mundo atual vem a ser, inquestionavelmente, o vigoroso chamamento da atenção geral para o problema da distribuição. A pouco e pouco, gregos e troianos se vão convencendo de que hoje é possível a cada homem resolver calmamente os problemas mais instantes — o do pão, o da casa, o da educação dos filhos e o da assistência médica e hospitalar, sem necessitar de esfolar para isso os seus semelhantes. E não somente os filósofos, os pensadores e os sociólogos, hoje estão convictos de que não é necessário despojar ninguém, para que todos tenham o suficiente e vivam dignamente como seres superiores, a cavaleiro dos assaltos degradantes da privação. Todos quantos sejam capazes de captar os sinais dos tempos — o que aliás não exige nenhuma sutileza especial — sabem que para os males da superprodução, de que o

mundo tem sofrido ultimamente, o remédio eficaz, lógico e ideal é uma distribuição mais humana das riquezas. Não se trata, no caso, de confiscar os bens de uns para dar a outros. Não se trata de eliminar — mas de multiplicar os proprietários. Não se trata de abolir — mas de reajustar os privilégios — tudo civilizadamente, sem motins nem barricadas, sem chanfalhos nem chuços, sem gases lacrimogêneos nem metralhadoras.

Desnecessário dizer que esse vagaroso e, em alguns arraiais, ainda inquietante reconhecimento de que a tecnologia moderna transformou a tradicional economia de escassez em economia de abundância, e de que é pura e gratuita estupidez tentar impedir que o novo estado de coisas aproveite a todos, implica necessariamente uma transformação não menos profunda na maquinaria e, sobretudo, na competência do Estado.

Falar em Estado, especialmente em Estado Moderno, é falar em servidor público. A observação da cena mundial contemporânea, feita atentamente por alguns cientistas sociais, antes da explosão desta hedionda guerra fascista, veio demonstrar e realçar a crescente importância do funcionário civil permanente no seio do Estado Moderno. Sociólogos sagazes, como o pensador democrata ERNEST GRIFFITH, autor do livro intitulado "O Impasse da Democracia", chegam mesmo a afirmar, com base em altos argumentos, que o funcionário civil é a pessoa mais importante do Estado Moderno (15).

Por competir ao Estado a tarefa grandiosa e complexa de corrigir os desajustamentos e efetivar as vantagens da Idade da Energia, cabe conseqüentemente ao funcionário público o trabalho de estudar, documentar, sugerir, prever e planejar as providências adequadas, de um lado, a conservar e melhorar os usos, costumes e práticas sociais que já se revelaram benéficas à sociedade humana, tais como a educação, o serviço de saúde pública, a proteção à integridade física e aos legítimos bens do indivíduo e, de outro lado, a acelerar habilmente, com um mínimo de atritos e de modo que aproveite à maioria, a distribuição dos benefícios disponíveis do progresso científico e tecnológico (16).

(12) *Idem*, pág. 29.

(13) BENEDITO SILVA — *Social Progress, Technology and Agriculture* — (Não distribuído) — Washington, D. C., 1939, pág. 43.

(14) *Op. cit.*, pág. 149.

(15) *A Nova Administração Pública* — In "Revista do Serviço Público", fev. de 1940.

(16) BENEDITO SILVA — *Ensaio de Análise do Estado Moderno* (II) — In "Revista do Serviço Público", janeiro de 1939.

Com efeito, no momento em que, embora nem muito espontaneamente, nem muito de boa sombra, a sociedade passou a sentir e a reconhecer a necessidade de ordenar a espécie de *embarras de riqueza* provocado pela Idade da Energia, a utilidade social do funcionário público foi automaticamente redobrada.

O progresso tecnológico tornou imperiosa a intervenção do Estado nas atividades econômicas. Essa intervenção está duplamente justificada: primeiro, porque os agentes de liberação de energia, que o homem já dominou, são tão vastos, formidáveis, possuem tal capacidade de causar danos sociais, se abandonados à exploração livre e egoística de particulares, que o Estado deve intervir preventivamente, afim de conjurar os perigos aí envolvidos; segundo, porque a instrumentalidade da tecnologia moderna é tão eficiente, amplia de tal maneira a capacidade de produção da indústria e da agricultura, facilita de tal modo a solução do problema da melhoria do nível de vida das massas, que o Estado deve intervir, positivamente, como está fazendo o Estado Brasileiro, já agora para abreviar a chegada da idade em que — pelo menos as necessidades primárias do homem serão tranqüilamente satisfeitas — sem lutas nem apreensões.

Ao entrar em contato com a dinâmica da vida econômica moderna, a intervenção do Estado, assim tornada justa e necessária pelos imperativos citados, perde o aspecto genérico e vago que a palavra sugere e prontamente se especializa — aqui para regular a prestação dos serviços de utilidade pública, alí para fixar preços, além para fixar salários; ora para controlar o câmbio, ora para determinar quotas de produção agrícola e industrial; num setor, para proteger certos ramos industriais, noutro para policiar as manobras de determinados grupos econômicos; às vezes, para suprir deficiências de iniciativas e de meios, algumas vezes para fomentar, outras para conter estas ou aquelas atividades.

Em cada uma de suas múltiplas manifestações especializadas, a intervenção do Estado requer a aplicação de conhecimentos científicos, o domínio das tecnologias envolvidas, o concurso da inteligência formalmente treinada. Eis porque a administração pública hoje é, antes de tudo, um complexo de problemas técnicos. Daí a necessidade de possuir o Estado, a seu serviço, na admí-

nistração pública, “uma adequada espécie de homens” — os cientistas, os técnicos, os especialistas.

Muito antes de Hitler mergulhar a Europa e depois o mundo na sangueira da guerra atual, muito antes mesmo de Hitler subir ao poder, a importância ascensional da função administrativa já era um fenômeno observado e empolgante, em todos os países civilizados do mundo. Trata-se de uma tendência universal e profunda, de caráter inevitável, inerente à nova espécie de problemas com que o Estado Moderno se vê a braços. Combatê-la é inútil; ignorá-la, pueril.

E porque o funcionário seja, de direito e de fato, a alma da administração pública, o agente de intervenção do Estado, o executor da vontade coletiva expressa na lei, o guardião anônimo do interesse geral, o olho e o ouvido dos chefes superiores, numa palavra, o servidor — a importância do papel que desempenha atualmente no grande centro de interesse da sociedade não pode ser demasiadamente encarecida.

*
* *
*

Tudo quanto foi dito até aqui tem por fim situar a posição do funcionário civil em tempo de paz. Rompida esta e engajado o país na guerra, dir-se-ia que o funcionário civil, exatamente por ser civil, passa a ocupar um plano secundário. Nada mais falso do que semelhante ilação — sobretudo em face da guerra supermecanizada, que ora ronca nos sete mares, revolve a terra e estremece os céus dos cinco continentes. Aos temperamentos árdegos, poderá parecer que a contribuição do funcionário público para a guerra, ordinariamente prestada sem risco, no recinto das repartições, carece de maior importância, sobretudo quando comparada com o sacrifício dos milhares que tombam nas frentes de batalha, lá ficam, ou de lá voltam cegos, mutilados, inválidos para o resto da vida.

A guerra total moderna — vulnerante, brutal, impiedosa, hitlerista — que em alguns casos faz mais vítimas entre as populações civis do que entre os combatentes, ameaça e flagela por igual tanto os que se encontram no *front*, como os que cumprem seu dever na retaguarda. E' verdade

que o funcionário público que sucumbir em consequência de um bombardeio aéreo, mesmo que caia durante o cumprimento do dever, não o fará por certo de armas na mão, como um guerreiro combatente. Perder um olho ou uma perna, porém, será, para a vítima, sempre a mesma desgraça, pouco importa que a perda se origine de ferimentos gloriosamente recebidos no campo da batalha, ou de estilhaços de bombas aéreas despejadas sobre populações civis.

Além disso, o valor da contribuição individual, ou do sacrifício de cada um, para o esforço de guerra de nossos dias, não se mede nem se pauta pela bravura pessoal, pelo gosto de desafiar o perigo, ou pela ousadia de se expor aos golpes do adversário, afim de o ferir mais de perto. Não é sem razão que os filósofos e teóricos da guerra hitlerista há muito a chamaram guerra total. Efetivamente, o advento do bombardeiro de grande autonomia de vôo, capaz de atacar objetivos dois e três mil quilômetros distantes de sua base, transformou o mundo inteiro num campo único de batalha em que, a rigor, não há lugares mais arriscados e lugares menos expostos. Isso não quer dizer que a ação dos combatentes, dos que são chamados para a linha de frente e aí entram em contacto com o inimigo, seja menos heróica ou menos importante. A generalização do perigo não desmerece o sacrifício do soldado; apenas o torna extensivo ao civil.

Não é, porém, do ponto de vista estritamente militar que se há de apreciar, esclarecidamente, a participação do funcionário civil no esforço de guerra. A guerra moderna é, antes de tudo, uma luta de material, um choque de organização, um engalfinhamento de competências civis e militares. Nesse emaranhado de problemas técnicos e econômicos, tanto há lugar para o piloto do avião de caça, como para o controlador dos preços, para o operário qualificado, como para o especialista em planejamento. Cada qual no seu setor, todos contribuem valiosamente para o mesmo fim, ou seja, para a mobilização e emprêgo total dos recursos do país contra o inimigo.

E se, em plena paz, as tarefas do funcionário já eram múltiplas, asoberbantes pela quantidade e transcendentais pela complexidade, com a irrupção da guerra muitas dessas tarefas se tornaram súbitamente mais instantes. Algumas delas exigem tanta lucidez de espírito como a do comandante de tropas, tanta capacidade de decisão rápida,

como a do chefe de guerrilhas. Mobilizar, equipar, vestir, transportar, assistir, armar, alimentar e proteger as forças armadas é uma batalha interna, de que o elemento civil participa a fundo, em estreita colaboração com as autoridades militares.

A convergência das atividades produtivas do país para o esforço de guerra traz, evidentemente, outros problemas, não estritamente militares, que demandam tratamento enérgico e oportuno, e sobrecarregam o funcionalismo civil, muitas vezes dele exigindo sacrifícios tão grandes, embora anônimos, como os que se fazem nas linhas de frente.

Ajustar a economia de paz às necessidades da guerra, policiar o aumento do poder aquisitivo ordinariamente provocado pela guerra, combater as investidas insidiosas da inflação, resolver os mil e um problemas do abastecimento à população civil, coibir os abusos das classes intermediárias (nem sempre suficientemente esclarecidas para resistir à sedução do enriquecimento rápido, tão comum em tempo de guerra), manter a normalidade da vida nacional — são outros tantos problemas inteiramente afetos ao funcionalismo civil. A simples enumeração de tais problemas deixa entrever a tremenda sobrecarga de responsabilidade com que êle se vê a braços durante o conflito armado.

Ao afundar traiçoeiramente, nas trevas da noite, sem aviso prévio, navios mercantes desarmados, e pacíficos, que navegavam em águas brasileiras e conduziam riquezas e vidas brasileiras, protegidos pela nossa imaculada bandeira, que jamais simbolizou a rapinagem, a covardia e a perfídia, as potências do eixo totalitário impuseram ao Brasil o trágico dever de entrar na guerra. Os brios nacionais, por um lado, tão fundamente feridos, e os sagrados direitos de legítima defesa, por outro, exigiam que nos enfileirássemos ao lado das Nações Unidas contra o fascismo agressor, anticristão, corruptor, covarde por natureza e brutal por vocação.

Mal o nosso país se viu arrastado à luta, e antes mesmo de iniciarmos a nossa justa reação armada contra os submarinos piratas de Hitler e Mussolini, quantos e que problemas tremendos foi a administração civil desde logo chamada a enfrentar e resolver. Desde o planejamento e lançamento de esquemas para efeito de obtenção de recursos financeiros extraordinários, destinados a cobrir as despesas da guerra, até a coordenação

dos vários setores econômicos, a indústria, o comércio, a agricultura, os meios de transporte, com escala pelos problemas imediatos, muitas vezes inadiáveis, de manter as correntes de abastecimento das populações civis, todo um feixe de questões angustiosas hoje afeta a administração civil do país, exigindo dela poder de previsão, competência, sabedoria, documentação e capacidade de ação, em tudo iguais ao que a guerra exige das forças militares.

*
* *
*

As oportunidades que se abrem e se renovam ao funcionário público para engrossar, com o seu concurso, o esforço de guerra, são numerosas e variadas, capazes de atrair todas as inteligências e de satisfazer, bem assim, todo e qualquer anseio de prestar excepcionais serviços à pátria. Cumpre-nos, a nós funcionários, disputar essas oportunidades, emular diligentemente no esforço de guerra com os nossos soldados e os de outros países, que estão recebendo em cheio o impacto do poderio militar nipo-nazi-fascista. Devemos estar alertas, a qualquer hora do dia ou da noite, prontos para prestar o nosso concurso onde e quando quer que ele se faça necessário.

Não basta uma atitude de repulsa moral às hordas agressoras e aos brasileiros infelizes que, por venalidade ou por depravação ideológica, entraram em liga com os inimigos da pátria, para apunhalá-la pelas costas. E' preciso muito mais do que uma simples condenação, embora veemente, desses crimes sórdidos e inomináveis que, por serem cometidos por entes humanos, como que degradam a própria espécie. E' preciso farejá-los, situá-los, vigiá-los, adivinhar-lhes os próximos movimentos, desmoralizá-los e impedir, por todos os meios e modos, que prossigam na sua obra malvada e infame de quinta-colunismo. Cabe, naturalmente, à polícia, a tarefa de ajustar contas com os traidores da pátria, o que não impede, porém, que o funcionário civil, — carteiro ou amanuense, técnico de administração ou estatístico, oficial administrativo ou contador — contribua lúcidamente, quanto possa e como possa, para desmascarar os inimigos velados, para manter um cordão de salutar suspeita em tórno dos fascistas confessos e súbitamente silenciados pelo temor das represálias. Esse estado de vigilância pode e deve ser mantido sem prejuízo, naturalmente, do cumpri-

mento rigoroso dos deveres funcionais, ainda que pesadamente acrescidos em consequência da guerra.

Longe de mim o intuito de, no dia de Tiradentes, mártir da Liberdade, aconselhar aos meus colegas de serviço público que se transformem em algozes dêste ou daquele indivíduo, só porque haja pertencido ao partido integralista, ou manifestado, em tempos, simpatias pela Itália fascista ou pela Alemanha nazista. E' preciso distinguir. Cumpre, sem dúvida, aparar as garras aos perigosos, mas ignorar os inofensivos e perdoar os arrependidos. O movimento integralista não só tentou, covardemente, à maneira nazista, contra a vida do Presidente da República e de sua família, senão também se transformou, mais tarde, às ocultas, em instrumento de intrigas dos inimigos da pátria. Alguns de seus militantes chegaram a integrar-se na rede de espionagem que certamente desempenhou papel importante no afundamento de nossos navios e na destruição das vidas de tantos brasileiros inocentes e indefesos. Todos quantos tomassem parte saliente em movimento semelhante contra a Alemanha hitlerista, ou contra a Itália fascista, de certo lá não seriam tratados a balas de mel.

Não é, todavia, nessa atitude de prudente vigilância em relação aos inimigos confessos ou ocultos da Pátria, que o funcionário civil deve concentrar o seu desejo de contribuir praticamente para o grande esforço de guerra que o Brasil está empenhado em fazer, na sua qualidade de uma das Nações Unidas, signatárias da Carta do Atlântico. Em muitos casos, o simples esmero e rigor no cumprimento de deveres aparentemente alheios ao esforço de guerra, como, por exemplo, a distribuição de correspondência, ou o policiamento do tráfego, constitue uma contribuição valiosa, porque o aumento de produção num setor, ou dispensa o concurso de outros colegas que, assim, poderão ser utilizados em qualquer atividade diretamente ligada ao esforço de guerra, ou alivia o trabalho de supervisão e controle dos chefes, deixando-lhes maior tempo para planejar, coordenar e dirigir outras providências, igualmente destinadas à preparação do país para intensificar a luta.

Poucas repartições haverá que ainda não hajam enviado um ou mais funcionários para os quartéis. E' bem de ver, pois, que em todas elas há margem imediata para a prestação de bons serviços ao esforço de guerra. E' bastante para isso que os funcionários restantes mantenham rigorosa-

mente em dia, mediante um acréscimo de diligência e, se necessário, uma prorrogação de expediente, não só os seus serviços, como os que estavam afetos aos colegas convocados. Isso é o mínimo que nos cumpre fazer, em lugar daqueles que a qualquer momento estarão defendendo, nas linhas de combate, a nossa tranqüilidade, as nossas fronteiras, o nosso Brasil.

*
* *

Várias outras questões, não menos importantes do que as já citadas, igualmente disputam as inteligências e os conhecimentos do funcionário civil — federal, estadual, municipal e das autarquias ou organizações para-estatais.

O problema nevrálgico do transporte, por exemplo, que é antes de tudo o problema da substituição do combustível importado por um carburante nacional, desafia sem dúvida a capacidade da administração pública. Extenso como é o Brasil, um sistema eficiente de transportes representa para êle, hoje mais do que nunca, a condição básica para que as forças vivas e em plena florescência de sua economia não sofram o traumatismo da estagnação, em consequência da falta de transporte. O encarecimento da vida, outro problema cuja solução há de vir da administração civil, é, em grande parte, um reflexo do primeiro. Enquanto não for satisfatoriamente restabelecido o ritmo dos nossos meios de transportes, perturbado, em parte, pela escassez do petróleo e, em parte, pelos perigos da navegação marítima, é certo que nume-

rosos funcionários civís, nos três níveis de governo, hão de ter pela frente a mais difícil batalha técnica do *front* interno.

A extração da borracha da Amazônia, em escala progressivamente maior, empreendimento que se desdobra em vários problemas regionais, do recrutamento de trabalhadores à assistência ao seringueiro, constitue outro setor de atividade, em que se poderão aplicar muitas das melhores inteligências de que dispõe o serviço civil brasileiro.

A preparação da economia nacional para que a transição do estado de guerra novamente para o estado de paz se faça o mais maciamente possível, no momento oportuno, representa outro veio culminante de cogitações, a que os melhores cérebros do serviço público não poderão ficar indiferentes.

O mundo novo, que está sendo forjado presentemente, a sangue e fogo, nos infinitos campos de batalha desta guerra, demanda uma preparação cuidadosa e científica, afim de que os reajustamentos necessários não prolonguem as misérias da guerra, antes sejam medidas de mitigamento e de socorro às populações flageladas.

Nessa tarefa grandiosa de reconstrução mundial, que há de ser obra inevitavelmente empreendida e dirigida pelos governos, a parte que toca especificamente ao funcionário público civil, só será excedida pela que cabe ao estadista.

O Brasil tem muitas das condições necessárias para se transformar num dos países mais bem organizados do futuro — orgulho dos brasileiros! — bênção do novo mundo!